



MANIFESTO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

A voz é, sem dúvida, uma das maiores conquistas da nossa democracia. É o direito de ser ouvido, de manifestar o pensamento, que realmente faz com que todo o poder emane do povo e para o povo. Por isso, não podemos nos calar nesse momento, nem tampouco assistir inertes ao que acontece no nosso país.

As leis foram criadas a fim de se manter um ordenamento jurídico e, por isso, devem ser respeitadas, sob pena de não alcançarmos a ordem e o progresso estampados na nossa bandeira.

O Brasil vem passando por um processo de depuração, onde se contempla, de forma triste, a participação dos mandatários de nosso país envolvidos em esquemas ilícitos de caráter gravíssimo. Tais fatos causam na sociedade brasileira um sentimento de repulsa, repúdio e consternação.

Mais que o patrimônio público material, a corrupção corrói nosso patrimônio moral, fere a dignidade humana e, mais que punida, deve ser impedida, combatida e eliminada.

Não há um Estado Democrático de Direito que sobreviva sem moralidade no trato dos assuntos públicos e sob péssimas práticas administrativas.

O país vive um momento de falta de confiança e credibilidade na classe política, redução de investimentos no setor produtivo e um grande aumento do desemprego.

A cada episódio das investigações da Operação Lava-jato e de outras comandadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público é mais forte a percepção sobre a falta de compromisso do governo com a legalidade, ética e lisura. Também está clara a falta de preocupação com a sociedade brasileira e o desenvolvimento do país.

A Ordem dos Advogados do Brasil, como “Casa das Liberdades Democráticas” e advogada da sociedade civil organizada, não pode fazer ouvidos moucos àquilo que se transpõe como o maior assalto à sociedade brasileira.

Os setores empresariais da Agropecuária, Indústria, Comércio de Bens, Serviços e Turismo, como grandes geradores de riquezas e empregos em todo o país, rechaçam toda e qualquer decisão que vá contra os princípios morais e éticos. Esses setores não compactuam com o atual modelo de gestão do governo federal e discordam das propostas descabidas impostas.

A sociedade civil, também representada pelos movimentos de rua pró-impeachment e de combate à corrupção, exige respostas e mudanças de rumo. Ao longo de mais de um ano em que sentimos na pele os efeitos devastadores da falta de capacidade para a condução do nosso



MANIFESTO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

país, refletindo em uma política econômica desastrosa e aumento de desemprego e, mais, uma gestão fiscal temerária e legalmente questionada, não temos outra opção se não a de apoiar o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Resta configurada, em nossa visão, a ofensa ao artigo 85, V, VI e VII da Constituição Federal e, portanto, em tese, cometimento de crime de responsabilidade a ser apurado, resguardadas as garantias do devido processo legal, ampla defesa e contraditório.

Prezamos pelo restabelecimento da legalidade no comando do país. Não podemos aceitar que um governo, sequer, seja questionado acerca de interferência nos demais poderes, que tenha em dúvida a melhor condução do dinheiro público. Precisamos confiar na limpeza das mãos daqueles que conduzem nossas vidas.

Estamos, como sempre estivemos, prontos a ajudar no processo de retomada do crescimento do Brasil, mas não aceitamos que isso seja feito às custas de novos e mais impostos para tirar dos bolsos do trabalhador o dinheiro para pagar a conta do desfalque.

Prezado parlamentar mato-grossense, o Mato Grosso que produz tem a convicção do aqui exposto será motivo de sua reflexão, e certamente contamos com a sua adesão, votando a favor do impeachment.

